

ÁREA TEMÁTICA: ENSINO DE ADMINISTRAÇÃO

FINANÇAS APLICADAS A MICRO E PEQUENAS EMPRESAS – UM LEVANTAMENTO NA PRODUÇÃO ACADÊMICA DO ENANPAD NO PERÍODO DE 2000 A 2007

AUTORES

NATIARA PENALVA MUNIZ

Universidade Federal do Rio de Janeiro

natiara@yahoo.com.br

MACELLY OLIVEIRA MORAIS SCHWARZ

Universidade Federal do Rio de Janeiro

momorais@oi.com.br

JOSÉ RICARDO MAIA DE SIQUEIRA

Universidade Federal do Rio de Janeiro

jrms@facc.ufrj.br

Resumo

O papel das micro e pequenas empresas (MPEs) na economia é fundamental para o país, no Brasil elas são responsáveis por cerca de 98% das empresas formais brasileiras e, segundo o SEBRAE (2005), nas MPEs encontram-se mais de 50% do número de empregados em estabelecimentos formais. Para o Ministério da Fazenda (2003) a força de trabalho tem contribuído para o crescimento econômico brasileiro. Mesmo com tanta relevância, essas empresas possuem grandes desafios, que prejudicam sua permanência no mercado. Segundo pesquisa do SEBRAE (2005) as principais dificuldades no gerenciamento da MPEs são: carga tributária muito alta, forte concorrência, falta de capital de giro e a falta de mão-de-obra qualificada. Dada a relevância da administração financeira na sustentabilidade econômica das organizações e a importância das MPEs na mitigação das disparidades sociais, via geração de empregos, elegeu-se como objetivo deste trabalho a determinação da ordem de importância dada a este segmento por pesquisadores brasileiros na área de finanças, através do levantamento da produção acadêmica em um dos mais representativos congressos brasileiros da área de Administração – o ENANPAD – no período de 2000 a 2007. Para Rey (apud Oliveira, 2002) a produção acadêmica e sua comunicação são essenciais ao desenvolvimento do conhecimento científico.

Abstract

The role of micro and small enterprises (MEPs) in the economy is key to the country, in Brazil they are responsible for about 98% of businesses formal Brazilian. (SEBRAE ,2005), the MEPs are now over 50% the number of employees in formal establishments. To the Ministry of Finance (2003) the workforce has contributed to the Brazilian economic growth. Even with so high, they have great challenges, which undermine his stay in the market. In search of SEBRAE (2005) the main difficulties in managing MEPs are: very high tax burden, strong competition, lack working capital and lack of workforce qualified. Given the importance of financial administration in the economic sustainability of organizations and the importance of MEPs in the mitigation of social disparities, through generation of jobs, elected

themselves as objective of this work to determine the order of importance given to this segment by Brazilian researchers in the area of finances Through the lifting of the academic production in one of the most representative area of the Brazilian congress Administration - the ENANPAD - in the period 2000 to 2007. For Rey (apud Oliveira, 2002) the academic production and its communication are essential to the development of scientific knowledge.

Palavra chave: Micro empresas. Pequenas empresas. Finanças.

1. Introdução

As MPEs estão inseridas em um cenário altamente competitivo, oriundo principalmente das transformações advindas da globalização e da abertura comercial ao mercado internacional, aumentando assim a competitividade. Mesmo diante das dificuldades, Jacintho (2004, p.64) mostra que em alguns países a participação dessas empresas no Produto Interno Bruto (PIB) é expressiva, fato que ocorre no Reino Unido (40%), EUA e Espanha (51%), Chile (20%) e Dinamarca (44%). No Brasil a participação das MPEs é de 21% do Produto Interno Bruto ou R\$ 189 bilhões (Tachizawa e Faria, 2002, p. 11).

Um dos fatores na diferença das porcentagens apresentadas acima pode ser explicado por Batalha e Demori (1990) ao advertirem que não existe uma definição mundialmente aceita e que existem divergências na definição do conceito e nas características das micro e pequenas empresas, sendo que cada país utiliza critérios específicos de acordo com sua intenção e suas peculiaridades. Porém se há divergência, ocorre somente quanto ao critério para o estabelecimento do porte, pois quando se trata da sua importância os estudiosos reconhecem seu valor. Para Petty (1997) as pequenas organizações, como parte da comunidade empresarial, contribuem inquestionavelmente para o bem-estar econômico da nação, pois produzem uma parte substancial do total de bens e serviços, contribuindo nesse aspecto de forma similar às grandes empresas.

Especificamente no Brasil, país com grande área territorial, um dos benefícios oriundos das MPEs é o grande número de estabelecimentos existentes que geram empregos formais e informais e que abastecem a população mais distante dos grandes centros urbanos, atendendo, desta maneira, às suas necessidades. Para Powell (2004), empresas de pequeno porte bem sucedidas representam a principal força motriz de desenvolvimento econômico, aumentando a renda e reduzindo a pobreza em boa parte dos países em desenvolvimento. Considerando que o Brasil é um país em desenvolvimento com graves problemas sociais como: pobreza, desigualdades sociais e alta concentração de renda, as MPEs são fundamentais para que estes obstáculos ao desenvolvimento econômico e social sejam reduzidos.

Tendo em vista a importância das MPEs para países como o Brasil, tanto economicamente como socialmente, o objetivo deste trabalho é a determinação da ordem de importância dada a este segmento por pesquisadores brasileiros na área de finanças, através do levantamento da produção acadêmica em um dos mais representativos congressos brasileiros da área de Administração – o Enanpad – no período de 2000 a 2007, evidenciando os artigos e suas contribuições nesta área.

2. Pobreza, Desigualdades Sociais e Micro e Pequenas Empresas.

Existem dois indicadores que medem o desenvolvimento de um país: o Produto Interno Bruto (PIB) e o Índice de Desenvolvimento Humano – IDH. O PIB é um indicador que mede a produção de um país. Ele permite examinar o desempenho da economia com detalhes e considera três grupos principais: a agropecuária, a indústria e os serviços (IBGE, 2008). O resultado final dessas atividades é sintetizado e expressado monetariamente, contudo a produção da economia informal não é computada no cálculo do PIB. Já o IDH computa três componentes: o PIB *per capita*, em dólar PPC (paridade do poder de compra, que elimina as diferenças de custo de vida entre os países); a longevidade auferida através de indicador que utiliza quantidade de anos de expectativa de vida ao nascer; e a educação que é avaliada pelo índice de analfabetismo e pela taxa de matrícula em todos os níveis de ensino. Esse índice varia de zero a um (UNPD, 2008).

O IDH classifica o país segundo sua pontuação em: elevado, médio e baixo. No ano de 2006, o Brasil enquadrava-se no nívelamento médio. Já em 2007, passou a ocupar a última colocação no grupo dos elevados, porém no que tange a colocação dos melhores IDH dos

países da América, em ambos anos, o Brasil não se situa entre as dez melhores pontuações, ficando atrás de países como Bahamas, Cuba e Costa Rica (UNDP, 2008). Apesar do Brasil estar pela primeira vez no grupo de países de Alto Desenvolvimento Humano, qualquer comparação com o IDH de anos anteriores deve ser vista com muita cautela, já que parte desta variação resultou de atualizações feitas para alguns componentes como: expectativa de vida e PIB *per capita*. O IDH mostra tendências na avaliação do desenvolvimento humano no longo prazo.

O fato é que o Brasil ainda apresenta fortes problemas no âmbito social, como por exemplo, a pobreza, que é definida pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2005), como sendo a insuficiência de renda, ou seja, quando a soma de rendimentos de um indivíduo ou família não lhe permite satisfazer as necessidades básicas de alimentação, transporte, moradia, saúde e educação. O World Bank (2001) estabelece que a visão de pobreza engloba não só renda e consumo baixos, mas também níveis baixos de educação, saúde, nutrição, e outras áreas do desenvolvimento humano. No Brasil, a redução da precariedade na área de educação e saúde, consiste em requisitos básicos para a minimização da pobreza. Por muitas décadas, predominou nos círculos acadêmicos e governamentais que a principal causa da pobreza no Brasil eram as débeis taxas de crescimento do PIB. Barros, Henriques e Mendonça (2001) levantaram a questão de que a pobreza deriva-se, sobretudo, da desigual distribuição de renda e de oportunidades prevalecentes no Brasil, e que mesmo taxas elevadas de crescimento teriam efeitos limitados sobre a redução da pobreza.

O Brasil é um dos países com maior desigualdade social do mundo. Os 10% mais ricos detêm cerca de 50% da renda nacional, enquanto os 50% mais pobres detêm menos de 10% da renda (Barros et al. 2001). Young (2003) conceitua desigualdade social como sendo posições estruturais cujos ocupantes são privilegiados ou desfavorecidos em relação uns aos outros em razão da aderência dos atores às regras e normas institucionais e a busca de seus interesses. Em países com desigualdade social draconiana há extrema concentração de renda, onde a riqueza está centralizada nas mãos de poucos e a grande massa da população é destituída de condições básicas de sobrevivência. Para Urani (2005), a desigualdade de renda não é um dado da natureza e sim uma construção política que decorre do acesso desigual dos cidadãos a ativos e a serviços muito diferenciados como propriedade privada, educação, saúde, tecnologias da informação e da comunicação, crédito e energia, entre tantos outros. Esta diferença no acesso a ativos e serviços interfere na qualidade de vida das pessoas, devido às práticas das políticas adotadas. A qualidade de vida representa a possibilidade de melhor redistribuição – e usufruto – da riqueza social e tecnológica aos cidadãos de uma comunidade; a garantia de um ambiente de desenvolvimento ecológico e participativo e de respeito ao homem e à natureza, com o menor grau de degradação e precariedade (Sposati, 2006b, p.27). A não disponibilidade dessas oportunidades tem como consequência a pobreza, que é apenas o primeiro estágio de uma cadeia que termina em marginalização, aumento da violência e outros.

A Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL, 2003), considera como característica mais marcante da literatura brasileira sobre a pobreza, a quase absoluta ausência de estudos sobre os mercados em que os pobres atuam e a escassez de proposições novas para o entendimento e a solução da pobreza. Se, de acordo com Abarche (2003), 58% das famílias pobres são chefiadas por trabalhadores autônomos, empregados informais ou sem remuneração, pode-se afirmar com relativo grau de certeza que, grande parcela dessa mão-de-obra está lotada nas MPEs, tornando-se refúgio de trabalhadores formais ou informais ávidos por uma remuneração que lhe traga condições básicas de vida, fato que não ocorre em sua plenitude. Em uma outra situação, as MPEs constituem uma alternativa de ocupação para uma pequena parcela da população que tem condição de desenvolver seu próprio negócio,

objetivando ser dono do seu próprio empreendimento. O desejo de ter seu próprio negócio e aumentar os ganhos familiares ainda faz parte da vontade das pessoas.

Para Soifer (2002) há uma interdependência entre os aspectos econômicos e sociais de um país e as MPEs, associada aos seguintes fatores: (i) a estabilidade econômica de um país, em médio prazo, depende da pequena empresa; (ii) a comunidade depende da pequena empresa, pois estas estão intimamente ligadas à grande população; (iii) as MPEs criam um efeito multiplicador, afinal a maioria dos empresários investe seus lucros na própria empresa, fazendo-a crescer, absorvendo mais mão-de-obra, aumentando a massa salarial disponível para consumo; (iv) devido ao contato direto com o consumidor, a pequena empresa se responsabiliza pelo que faz e pela sua imagem e o empresário zela por seus produtos e pela satisfação de seus clientes; (v) o pequeno empresário realiza “Cidadania”, principalmente quando possuem seu nome associado ao produto, primam pela satisfação do cliente acima do lucro, pois um eventual prejuízo pode ser recuperado, mas a imagem associada ao nome é difícil construir; (vi) facilidade em adaptar-se às mudanças de regras do país, pois não possuem poder de barganha e têm uma estrutura mais ágil; (vii) o pequeno empresário quer inovação tecnológica, a partir das necessidades do mercado; e (ix) o pequeno traz maior incremento na produtividade, já que na pequena empresa, os recursos são escassos e precisam ser mais bem utilizados.

Geograficamente as MPEs cobrem as áreas mais necessitadas, disponibilizando produtos e serviços essenciais, gerando empregos que são a única fonte de renda de uma família. Conforme o SEBRAE (2005, p.37) nas empresas ativas a média de pessoas ocupadas nas micro e pequenas empresas é de 5,30, sendo que apenas 6% das empresas ativas possuem somente o(s) proprietário(s) / sócio (s) trabalhando, ou seja, as MPEs proporcionam uma oportunidade laboral significativa para os habitantes de um país.

Nota-se que diante dos graves problemas econômicos e sociais do Brasil, as MPEs representam uma oportunidade significativa para uma parcela da população que, sem muitas qualificações profissionais, precisam de recursos monetários para a sobrevivência. Atuando neste papel, essas empresas, melhoraram a distribuição de renda, através do pagamento dos salários a seus funcionários que podem utilizá-los em benefício familiar. Esse efeito multiplicador de trabalho, distribuição de renda e melhoria da qualidade de vida enfrenta diversos obstáculos, pois a taxa de mortalidade entre as MPEs é alta. As principais dificuldades no gerenciamento da MPEs são: carga tributária muito alta, forte concorrência, falta de capital de giro e a falta de mão-de-obra qualificada (SEBRAE, 2005). As MPEs fazem parte de um segmento altamente competitivo devido às suas próprias características, como: baixo investimento inicial, número elevado de empresas informais e utilização de mão-de-obra não qualificada ou semiqualificada.

A importância das MPEs é fundamental e está consolidada quando da sua permanência no mercado, gerando assim os benefícios econômicos e sociais desejados; e diminuindo as disparidades sociais.

3. Metodologia

O objetivo do estudo é determinar a ordem de importância das MPEs nos trabalhos realizados por pesquisadores brasileiros na área de finanças mediante o levantamento da produção acadêmica no ENANPAD no período de 2000 a 2007.

A escolha deste evento deve-se ao fato de ser hoje o maior evento da comunidade científica e acadêmica de administração do país, tendo nos últimos três anos cerca de 800 trabalhos apresentados. Este evento possui classificação “Internacional A” e é considerado um dos maiores do gênero no mundo, superando inclusive eventos tradicionais realizados no Reino Unido (BERTERO, 2006). Este estudo se centrará sobre a divisão acadêmica de Finanças.

O EnAnpad está estruturado em divisões acadêmicas que sofrem poucas alterações, já as áreas temáticas são de caráter temporário, ou seja, mudam conforme a visão dos organizadores, porém são necessárias para a estimular a produção científica em certos campos do conhecimento. Este trabalho se centrará na divisão acadêmica de Finanças.

Segundo Vergara (2000), esta pesquisa é classificada quanto aos fins como descriptiva, pois expõe características de determinada população, neste caso, importância dadas as MPEs através de artigos. Quanto aos meios, é classificada como bibliográfica, pois foi desenvolvida com base em material acessível ao público em geral como: livros, redes eletrônicas, revistas e outros. A metodologia consistiu em separar os artigos da área temática de Finanças durante os anos de 2000 a 2007. Posteriormente foi realizada uma análise de conteúdo nos títulos dos artigos, buscando palavras-chaves relacionadas as MPEs, tais como: micro-crédito, tamanho e porte da empresa, empresas familiares e micro e pequenas empresas.

3.1 Resultado da Coleta de Dados

Para a coleta dos artigos foram analisados todos os trabalhos de todas as áreas temáticas da divisão de finanças, conforme se pode observar no quadro 1.

Quadro 1: Total de Artigos por Área e Selecionados

Ano	Área Temática	Total de Artigos por Área	Artigos Selecionados
2000	Finanças	27	1
2001	Finanças	20	0
2002	Finanças	39	0
2003	Finanças	38	3
2004	Finanças	47	4
2005	Mercados: Financeiros, Acionário e Risco	24	0
	Finanças Corporativas	24	2
2006	Mercados: Financeiros, Acionário e Risco	25	0
	Finanças Corporativas	27	0
2007	Gestão de Investimentos	17	0
	Finanças Corporativas	33	3
	Instituições Financeiras e Sistema Financeiro	13	0

Fonte: Os Autores

Como resultado, foram obtidos treze artigos que compõem uma amostra, onde cada trabalho será explanado posteriormente. Durante os anos selecionados para a pesquisa foram apurados 334 artigos de todas as áreas de finanças, obteve-se uma amostra final que representa 3,9% dos artigos disponíveis, vide Quadro 2. Os artigos da amostra final foram encontrados nos anos de 2000, 2003, 2004, 2005 e 2007. Destes anos, o mais significativo foi o ano de 2004 com 31% da amostra, depois os anos de 2003 e 2007 com 23%, o ano de 2005 com 15 % e o ano de 2000 com 8%. Não foram encontrados artigos que atendessem ao critério estabelecido nos anos de 2001 2002, e 2006.

Quadro 2: Artigos Selecionados

TÍTULO	AUTOR
O Efeito Valor, o Efeito Tamanho e o Modelo Multifatorial: Evidências do Caso Brasileiro.	Murilo Ramos Alembert Rodrigues
Condicionantes de Adimplência em Processos de Concessão de Crédito a Micro e Pequenas Empresas.	Luiz Alberto Bertucci, Joaquim Barreto Guimarães e Valéria Gama Fully Bressan
Avaliação da Sustentabilidade de uma Instituição de	Marta Von Ende, Cláudio Bezerra Leopoldino

Microcrédito via Modelagem Financeira.	
Existe Relação entre o Crescimento do PIB Brasileiro e os Efeitos Tamanho, Valor e Momento?	Myrian Beatriz Eiras das Neves e Ricardo Pereira Câmara Leal
Análise da Adequação de Previdência Complementar Fechada a Pequenas Empresas.	Emílio Capelo Júnior, Samuel Façanha Câmara, Sérgio César de Paula Cardoso, Francisco Robson da Silva Fontoura e Fernanda Salles de Oliveira
Determinantes da Estrutura de Capital das Pequenas e Médias Empresas Industriais da Cidade de João Pessoa/PB.	Márcio André Veras Machado, César Augusto Ruiz Temoche e Márcia Reis Machado
Construção de um Modelo de <i>Credit Scoring</i> Baseado em Redes Neurais para Previsão de Inadimplência na Concessão de Microcrédito.	Marcelo França Côrrea e Maria Augusta Soares Machado
O cálculo do Ponto de Equilíbrio Econômico como Ferramenta de Planejamento e Controle Financeiro em Organizações de Microcrédito: um Estudo de Caso na Crescer-Crédito Solidário	Murilo Carneiro, Alberto Borges Matias, Sílvia Helena Carvalho Ramos Valadão de Camargo e Vanessa Bernanrdi Ortolan
Governança Corporativa, Desempenho e <i>Turnover</i> de Executivos: um Estudo Comparativo entre Indústrias Brasileiras Familiares e Não Familiares	Wesley Mendes-da-Silva e Letícia Queiroz de Melo
Pequenas e Médias Empresas como Patrocinadoras de Planos Previdenciais em Entidades Fechadas de Previdência Complementar	Sérgio César de Paula Cardoso, Paulo César de Sousa Batista, Emílio Capelo Júnior, Alane Siqueira Rocha e Dimitri Mendonça Spinelli Chagas
The Effect of Size and Institutions on the External Financing and Long-Term Capital Structure of the Brazilian Firms	Antônio Gledson de Carvalho
The Effect of Size and Institutional Development on the Growth of Brazilian Firms	Antônio Gledson de Carvalho
Identificando e Medindo o Grau de Importância dos Direcionadores de Valor: Um Estudo de Caso nas Pequenas e Médias Empresas de Software no Estado do Ceará	Francisco Roberto Farias Guimarães Júnior, Samuel Façanha Câmara, Maxweel Veras Rodrigues e Luciana Gondim de Almeida Guimarães

Fonte: Os Autores

4. Análise da Produção do Enanpad

Nessa seção será mostrada a contribuição de cada um dos artigos analisados, evidenciando os principais resultados. Os artigos apresentam uma grande variedade de assuntos em relação ao tema finanças aplicadas à micro e pequenas empresas, a saber: microcrédito, previdência complementar fechada, direcionadores de valor, determinantes da estrutura de capital e o efeito do tamanho da organização.

4.1 Artigo de Rodrigues (2000)

Utilizando o Modelo de Precificação de Ativos de Capital (CAPM) e modelos bi-fatoriais, esta pesquisa visou avaliar a existência do efeito valor e tamanho na determinação dos fatores de risco presentes nas variações dos retornos das ações transacionadas na Bolsa de Valores de São Paulo. Os testes demonstraram que existe um ganho real em poder explanatório das variações dos retornos das carteiras de ações quando se considera outros fatores de risco e não apenas o beta das ações. Este artigo se mostrou sem interesse para esta pesquisa, já que nenhuma das organizações empresariais consideradas na amostra pode ser classificada como microempresa ou de pequeno porte.

4.2 Artigo de Bertucci, Guimarães e Bressan (2003)

Este artigo trata sobre condicionantes de adimplência em processos de concessão de crédito a micro e pequenas empresas. Os autores objetivaram verificar as características mais relevantes dos empreendedores e das MPEs, nos processos de financiamento concedidos pelo BDMG no âmbito do Programa GERAMINAS, no estado de Minas Gerais. Uma pesquisa quantitativa dos financiamentos do referido programa no período de 1998 a 2001, verificando as características apontadas na literatura como indicadoras de sobrevivência e mortalidade das MPEs, tais como: localização da empresa, setor de atividade, experiência da empresa e outras. Na análise dos dados foram utilizadas técnicas estatísticas de Análise Discriminante e Regressão Logística. Como principais resultados identificou-se que quanto maior a razão de investimento fixo no valor total do financiamento, maior seria a chance de inadimplência; e quanto maior a proporção de recursos próprios face ao total do valor do financiamento concedido, maiores são as chances de inadimplência. Chegaram então à conclusão de que a falta de capital de giro na operacionalização da empresa após o recebimento do financiamento pode levar a problemas de capacidade de pagamento.

A presente pesquisa apresenta uma contribuição significativa ao entendimento do universo das MPEs, uma vez que busca “aferir a influência exercida por variáveis de natureza qualitativa e quantitativa no cumprimento das obrigações do financiamento e estabelecer a hierarquia de indicadores de risco de crédito nas análises dos financiamentos das empresas de micro e pequeno porte de Minas Gerais” (BERTUCCI; GUIMARÃES; BRESSAN, 2003). Os autores constataram que quanto maior a proporção de investimento fixo no volume total de financiamento, maior o risco de inadimplência.

4.3 Artigo de Ende e Leopoldino (2003)

O artigo avalia o grau de sustentabilidade de uma instituição de microcrédito brasileira, para duas situações, sendo a primeira com demanda estável e outra em crescimento. Para isso foi investigada uma associação civil sem fins lucrativos que atua na concessão de empréstimos e definiu-se agrupar seus produtos em: troca de cheques e outros (capital de giro, fixo etc), sendo que a primeira modalidade não foi contemplada no estudo. Construindo um modelo de simulação com base no retrospecto do fundo e da definição dos seus objetivos estratégicos para os dois cenários, simulou-se receitas, despesas, taxas e outros fatores operacionais dessas entidades. Como resultado constatou-se que os programas de microcrédito precisam aumentar sua eficiência operacional e de alcance para ter sustentabilidade de longo prazo.

Este artigo lança luz sobre o funcionamento de instituições de microcrédito, podendo ser considerado como de interesse para o estudo das MPEs. Trabalhos nesta linha são uma contribuição interessante, uma vez que contribuem para o fortalecimento das organizações que atuam em microcrédito no país, passo de fundamental importância para um desenvolvimento social mais harmonioso dentro do país.

4.4 Artigo de Neves e Leal (2003)

Os autores objetivando investigar se existe relação entre o crescimento da economia brasileira e os retornos das estratégias de investimentos baseadas no tamanho da empresa, índice valor patrimonial/valor de mercado e momento, baseando-se em carteiras formadas por ações negociadas na Bolsa de Valores de São Paulo. Utilizando dados trimestrais (cotações das ações; valor de mercado e preço; Vpa) e modelos de regressões multivariadas aplicados a 27 tipos de categoria que foi elaborado através das classificações em: tercis, variável valor de mercado e retorno acumulado. Com resultado apresentou que alguns fatores mantiveram-se estatisticamente significativos mesmo na presença do índice do mercado e de variáveis

macroeconômicas. Outros apresentaram variações inversas com o crescimento do PIB. Corroborando com os resultados que já foram encontrados por Liew e Vassalou em 2000 quando foi aplicado para mercados desenvolvidos.

Assim como observado no trabalho de Rodrigues (2000), apesar de ter a palavra-chave tamanho no título, não apresenta contribuição para uma maior compreensão sobre as particularidades das micro e pequenas empresas brasileiras já que todas as organizações que constituíam a amostra excediam a classificação de empreendimento de pequeno porte.

4.5 Artigo de Capelo Júnior et al. (2004)

Este estudo identificou as peculiaridades para a implantação de um fundo de previdência complementar para pequenas empresas, através de uma pesquisa experimental, onde variáveis consideradas como significativas (taxa de contribuição normal e suplementar, receitas, despesas e tamanho do grupo) foram estudadas. Como resultados destacam-se: (i) que tecnicamente não há impedimento para a obtenção do desejado nível de solvência do plano; (ii) deve-se compensar a pequenez do grupo com um a porcentagem de carregamento de contingência sobre as contribuições; (iii) para obter-se um mesmo quantil de solvência em pequenos planos custa mais caro por unidade de benefício que em plano com um maior número de participantes; e (iv) a variabilidade das obrigações agregadas no grupo de uma pequena empresa (50 funcionários) é bem maior do que a observada em uma grande (1000 funcionários).

É um esforço criativo significativo dos autores, já que trata de assunto pouco explorado – fundo de previdência complementar em pequenas organizações empresariais – e de relevante impacto social – por estar associado a uma expressiva massa de assalariados no país, trabalhando, com freqüência, sob a égide de uma estrutura de apoio ao trabalhador frágil. É uma contribuição relevante para o entendimento do universo das MPEs, principalmente por ter imbricação com aspectos da sociedade brasileira que transcendem a esfera econômica.

4.6 Artigo de Machado, Temoche e Machado (2004)

O objetivo deste trabalho foi analisar a estrutura de capital das pequenas e médias empresas industriais da cidade de João Pessoa/PB. Através de modelo estatístico F para verificar a significância e o teste t de *student*, testou-se as hipóteses.

A estrutura de capital é diretamente proporcional ao tamanho das empresas
A estrutura de capital é inversamente proporcional às oportunidades de crescimento
A estrutura de capital é inversamente proporcional à rentabilidade das empresas
A estrutura de capital é inversamente proporcional à instabilidade da rentabilidade das empresas
A estrutura de capital é diretamente proporcional à proporção de ativos fixos das empresas
A estrutura de capital é diretamente proporcional à liquidez das empresas

O universo da amostra foi uma pesquisa em 20 organizações industriais – sendo 13 pequenas e 7 médias – de diferentes setores da economia. As variáveis estudadas foram: (i) endividamento (total, de longo prazo e curto prazo); (ii) porte; (iii) crescimento; (iv) rentabilidade; (v) risco; (vi) composição dos ativos; e (vii) liquidez. Como resultado principal, encontrou-se que os fatores porte, risco, composição dos ativos e liquidez apresentam em conjunto um importante poder de predição da estrutura de capital das pequenas e médias empresas da amostra. Entretanto as variáveis crescimento e rentabilidade não parecem ser determinantes da estrutura de capital. Verificou-se que a variável liquidez apresentou maior poder de predição da estrutura de capital das empresas analisadas, constituindo, assim, a variável mais importante do modelo de regressão estimado.

Mesmo não divulgando o resultado de forma segregada (média e pequena empresa), esse artigo é de alto interesse para esta pesquisa, pois aborda também a estrutura do capital de pequenas empresas (65% da amostra), associando a variáveis que podem interferir ou não na composição do capital.

4.7 Artigo de Corrêa e Machado (2004)

Utilizando um modelo de *credit scoring*, os autores objetivaram prever o risco de inadimplência de clientes de microcrédito, através de redes neurais. Foram usados dados de 2868 pessoas físicas residentes na Paraíba, correntistas que receberam um limite de crédito de R\$ 50,00 no momento do primeiro depósito. As variáveis disponíveis no banco foram selecionadas, tais como: profissão, idade, sexo, tipo de conta e outras. Após a preparação dos dados e a construção da rede, o resultado mostrou que o modelo criado conseguiu classificar corretamente mais de 70% das contas do banco. O sistema criado também se mostrou flexível a alterações em políticas de crédito, fato que viabiliza a utilização deste modelo nas entidades de microcrédito, auxiliando a diminuir o nível de inadimplência.

Novamente tem-se aqui um artigo de interesse para a realidade das micro e pequenas empresas, já que o mesmo trata de aspectos que buscam a sustentabilidade do desenvolvimento do microcrédito no país, através do desenvolvimento de uma ferramenta que permite um melhor controle de seu processo de concessão de financiamentos.

4.8 Artigo de Carneiro et al. (2004)

Focados na necessidade das organizações de microcrédito atingirem a auto-sustentação financeira, os autores desenvolveram um modelo para o cálculo do ponto de equilíbrio financeiro em uma OSCIP, defendendo que tal cálculo facilitará o desenvolvimento de um planejamento e controle financeiro. As informações peculiares de receita e gastos foram extraídas da OSCIP e diante do modelo elaborado, pôde-se verificar que o cálculo do ponto de equilíbrio econômico é viável, mesmo havendo limitações. Após a elaboração do cálculo passa-se a ter grau de conhecimento mais aprimorado acerca do tamanho da carteira ativa de empréstimos necessária para se atingir a auto-sustentação.

Trata-se de mais uma contribuição associada à área de microcrédito, o que torna o trabalho em questão de real interesse para a realidade das MPEs, os autores advertem, no entanto, que “cada organização possui estruturas de faturamento e gastos um pouco diferentes (...) portanto adaptações devem ser feitas para sua correta utilização” (CARNEIRO ET AL., 2004).

4.9 Artigo de Silva e Melo (2005)

Buscando avaliar as estruturas e práticas de Governança Corporativa, os autores verificaram se os determinantes do *turnover* de executivos em empresas brasileiras podem se apresentar de forma diferente entre empresas familiares e não familiares. Para isto, tomaram como referência um conjunto de 176 empresas industriais listadas na BOVESPA, segmentadas por tipo (familiares e não familiares) entre 1997 e 2001. De forma a investigar a suposta existência de relacionamento significativo entre as variáveis governança corporativa, desempenho financeiro, e valor das empresas da amostra com o *turnover* de executivos, foram estimados modelos empíricos que apontaram para as seguintes conclusões: a) as variáveis são significativamente diferentes entre empresas familiares e não familiares, destacando-se que em média, as empresas familiares são menores e que a independência dos conselhos de administração em relação à diretoria executiva são menores que nas empresas não familiares; b) nas empresas onde existe atuação da governança corporativa adequada, o conselho de

administração, no exercício de seu poder disciplinador, promoverá o *turnover* de executivos cujo desempenho seja considerado insuficiente e c) empresas familiares, mesmo possuindo conselhos de administração significativamente menores, dedicam maior atenção ao desempenho da firma para motivar substituições de executivos.

Esse artigo, apesar de envolver empresas familiares, que com freqüência são de pequeno porte, se centrou sobre indústrias listadas na BOVESPA, o que resultou em uma amostra constituída tão somente por empresas de médio e grande porte, anulando sua contribuição para uma maior compreensão da realidade das MPEs.

4.10 Artigo de Cardoso et al. (2005)

Este estudo possui um caráter exploratório, utilizando métodos de pesquisa: bibliográfico e experimental, desenvolveram um programa de computador que por meios de cálculos encontra a taxa de carregamento de contingência sobre as obrigações de uma entidade de previdência, com distintas chances de adimplência, alterando apenas a variável número de participantes. Com a finalidade de se avaliar a influência do tamanho do grupo no agregado das obrigações de uma entidade de previdência, os autores apresentaram as principais conclusões sobre o estudo são: a) a constatação de que as taxas de carregamento das obrigações da entidade para com os conjuntos em análise são declinantes com o crescimento do tamanho do grupo, considerando-se cada nível de solvência estudado; b) a percepção de que as elevadas taxas de contingência com certeza dificultam a constituição de planos em EFPCs por PMEs; e c) a demonstração de que a alternativa para se tentar reduzir a variabilidade das obrigações nesse tipo de entidade através da transferência dos benefícios de risco para uma outra instituição não se aplica a arranjos previdenciais.

Tal qual o artigo de Capelo Júnior et al. (2004) trata de tema com impactos sociais, embora sua contribuição para um maior entendimento da realidade das pequenas organizações se tenha diluído, pelo envolvimento no estudo de organizações de maior porte.

4.11 Artigo de Carvalho (2007a)

Carvalho mostrou questões sobre o porte da empresa, trabalhando com *data set* único, criado pelo Banco Mundial. Esse artigo, baseado em uma análise através de estados brasileiros, investiga se o nível do desenvolvimento institucional afeta o modelo de financiamento externo e estrutura de capital de firmas. Utilizando-se de uma análise econometrífica (probabilidade e estimativa) estipulou-se as variáveis (desenvolvimento institucional, instituição financeira e outras) e as manipulou em função das características (idade, controle, taxa de crescimento comercial, entre outras) das empresas estudadas. O autor testa se os fatores mencionados são significativamente correlacionados com o uso de firmas de financiamento externo. Em relação aos principais resultados indicam que: (i) a falta do desenvolvimento institucional – mediu embora a corrupção e a eficiência do sistema judicial – fazem o uso de crédito bancário, fontes formais e crédito de longo prazo menos freqüente, e o uso da eqüidade, crédito comercial e fontes informais mais freqüente. A falta do desenvolvimento institucional também reduz a proporção crédito de longo prazo. O efeito da falta do desenvolvimento institucional tende a ser mais forte nas firmas de pequeno porte.

Trata-se de uma abordagem pouco usual à questão da estrutura de capital, notadamente por envolver empresas de pequeno porte, tornando-o um artigo relevante.

4.12 Artigo de Carvalho (2007b)

Neste mesmo ano, Carvalho publicou um segundo artigo, trazendo uma proposta de que a estrutura do tamanho das empresas, nos países em desenvolvimento, é bimodal, com um grande número de pequenas e grandes firmas, e um vazio relativo de empresas de porte intermediário. Isto sugere que as pequenas firmas não se desenvolvem gradualmente em grandes firmas: uma vez que uma barreira de tamanho é quebrada. Então a principal linha da pesquisa foi investigar os determinantes do crescimento sustentável no Brasil. Através do *data set*, confirmou-se esta hipótese no caso brasileiro.

Este pequeno artigo – tem seis páginas acrescidas por alguns apêndices – de real interesse para pesquisadores de MPEs, traz resultados que merecem uma reflexão mais aprofundada. Carvalho (2007b, p. 5) conclui que a falta de desenvolvimento institucional, quando medido em termos de corrupção; falta de eficiência do sistema judicial e falta de desenvolvimento financeiro, tem um impacto negativo no crescimento de firmas. Este impacto negativo é mais forte para pequenas firmas, corroborando com estudos de que as pequenas firmas enfrentam mais obstáculos ao crescimento e que só algumas poucas organizações se transformam em operações de grande escala.

4.13 Artigo de Guimarães Júnior et al. (2007)

A criação de ferramentas de gestão capazes de monitorar a performance financeira dos negócios sob a ótica do objetivo de maximização da riqueza dos acionistas é defendida pelos autores que buscaram identificar e medir o grau de importância dos direcionadores de valor das empresas de *software* no estado do Ceará. A metodologia da pesquisa foi do tipo bibliográfica e *survey*, questionário semi-estruturado, com objetivo exploratório. O universo da pesquisa foi constituído por gestores e especialistas em tecnologia da informação, totalizando 156 observações, trabalhando com direcionadores financeiros e não-financeiros.

Os direcionadores que apresentaram o maior grau de importância na visão dos gestores das empresas foram os relativos à governança corporativa e gestão de pessoas. Os resultado encontrado está de acordo com trabalhos anteriores que afirmam que satisfação no trabalho é fundamental para atingir ou facilitar a obtenção de valores. Já o direcionador desenvolvimento de novos produtos é diretamente proporcional ao envolvimento com a comunidade, ou seja, as empresas percebem mais facilmente as necessidades de seus clientes, fato que ocorre com as MPEs. Com relação aos itens financeiros, as variáveis que representam práticas de gestão financeira, “melhor gestão de fluxo de caixa” e “financiamentos de longo prazo”, possuem como objetivo uma estrutura de capital mais conservadora onde a organização financia seus ativos de curto prazo através de capital próprio e usa os recursos de terceiros para financiamentos de longo prazo. Dentre os principais resultados do estudo, a qualidade do produto, satisfação dos funcionários e eficiência nos processos atribuíram alta relação positiva com a geração de valor aos direcionadores não-financeiros. E os autores puderam afirmar que os fatores gerados sintetizam dois grandes conjuntos: Governança Corporativa e Gestão de Pessoas. Sendo o primeiro relacionado ao alinhamento dos diferentes interesses de uma organização, com o fim de incrementar o valor da empresa para manter-se no mercado. E a gestão de pessoas é a junção de ações voltadas a transmitir credibilidade através de políticas de recursos humanos que valorizem seu pessoal. Normalmente trabalhos sobre direcionadores de valor são focados nas grandes empresas, esse artigo objetivou pesquisar gestores de empresas de *software* (pequenas e médias) do Ceará representando assunto de relevante interesse para uma melhor compreensão da realidade vivenciada por micro e pequenas empresas.

5. Conclusão

As MPEs são essenciais para a economia brasileira, pois são uma alternativa de trabalho para pessoas que encontram dificuldade de colocação em empresas de maior porte devido à falta de qualificação exigida e uma oportunidade para os segmentos da população que têm condição financeira de ter seu próprio negócio. As dificuldades enfrentadas MPEs, como, por exemplo, a alta taxa de mortalidade, podem ser amenizadas se forem criados mecanismos de apoio. Estudos e pesquisas, ao serem direcionados para este setor, podem contribuir para o fortalecimento destas empresas no Brasil.

Neste estudo, foi percebido que pouco se tem pesquisado sobre essas empresas. Considerando a importância das MPEs, conclui-se que os pesquisadores da área de finanças dispensaram pouca atenção a estas empresas, gerando uma quantidade de artigos que não deve ser considerada como proporcional à importância deste segmento para o país, inclusive socialmente. Ao realizar a leitura e o estudo dos treze artigos da amostra final, verificou-se que três deles, mesmo possuindo algumas das palavras-chave, não tratavam sobre MPEs. Dois deles possuía a palavra “tamanho” e o terceiro “familiares”, porém dispunham sobre empresas com ações transacionadas na Bolsa de Valores de São Paulo, não se tratando, portanto, no caso brasileiro, de MPEs. Os trabalhos restantes apresentaram contribuições distintas, abarcando cinco linhas temáticas, a saber: microcrédito, previdência complementar fechada, direcionadores de valor, determinantes da estrutura de capital e efeito do tamanho da organização – vide Quadro 3.

Quadro 3: Principais Contribuições

Linhas Temáticas	Autores	Resultados Relevantes
Microcrédito	Bertucci, Guimarães e Bressan (2003)	O aumento da inadimplência é verificado em duas situações: (i) quanto maior a razão de investimento fixo no valor total do financiamento; e (ii) quanto maior a proporção de recursos próprios face ao total do valor do financiamento.
	Ende e Leopoldino (2003)	Os programas de microcrédito precisam aumentar sua eficiência operacional e de alcance para ter sustentabilidade de longo prazo, possibilitando o incremento na carteira, pois na simulação de cenários, o sem crescimento apresentou resultado operacional negativo.
	Corrêa e Machado (2004)	Criação de um modelo do risco de inadimplência na concessão de microcrédito que conseguiu classificar corretamente mais de 70% da amostra.
	Carneiro et al. (2004)	Demonstrou a viabilidade do cálculo do ponto de equilíbrio econômico em organizações sem fins lucrativos de microcrédito.
Previdência Complementar Fechada	Capelo Júnior et al. (2004)	A possibilidade de implementar o plano existe, destacando-se que se deve compensar a pequenez do grupo com uma porcentagem de carregamento de contingência sobre as contribuições e que a variabilidade das obrigações agregadas no grupo de uma pequena empresa (50 funcionários) é bem maior do que a observada em uma grande (1000 funcionários).
	Cardoso et al. (2005)	As taxas de carregamento das obrigações da entidade são decrescentes com o aumento do tamanho do grupo, considerando-se o nível de solvência; taxas elevadas de contingência certamente dificultam a constituição de planos em EFPCs por PMEs.
Direcionadores de Valor	Guimarães Júnior et al. (2007)	Os autores afirmam que os fatores gerados sintetizam dois grandes conjuntos: Governança Corporativa e Gestão de Pessoas. Sendo o primeiro relacionado ao alinhamento dos diferentes interesses de uma organização, com o fim de incrementar o valor da empresa para manter-se no mercado. E a gestão de pessoas é a junção de ações voltadas a transmitir credibilidade através de políticas de recursos humanos que valorizem seu pessoal.

Estrutura de Capital	Machado, Temoche e Machado (2004)	As variáveis porte, risco, composição dos ativos e liquidez apresentam, em conjunto, um importante poder de predição da estrutura de capital das pequenas e médias empresas. A liquidez apresentou o maior poder de predição da estrutura de capital, se tornando, assim, a variável mais importante do modelo de regressão estimado.
	Carvalho (2007a)	A falta do desenvolvimento da entidade: (i) reduz a proporção do crédito de longo prazo, tendendo a ser mais forte nas pequenas empresas; e (ii) fazem o uso de crédito bancário, fontes formais e crédito de longo prazo menos freqüente, e o uso da eqüidade, crédito comercial e fontes informais mais freqüente.
Efeito do Tamanho da Organização	Carvalho (2007b)	O crescimento de uma empresa é impactado negativamente quando da inexistência no desenvolvimento institucional. Este impacto negativo é mais forte para pequenas firmas, corroborando com estudos de que as pequenas firmas enfrentam mais obstáculos ao crescimento e que poucos atingem grande escala de operações.

Fontes: Os autores

Cabe ressaltar que cada um desses artigos apresentou modelagens ou informações que ajudam na solidificação e no desenvolvimento da atividade das MPEs. Entretanto, apesar das MPEs possuírem um grau de importância superior, em alguns aspectos, ao apresentado pelas grandes empresas, seu universo contém singularidades, em grande parte, ainda desconhecidas e que, segundo a amostra pesquisada, continuam a despertar um interesse pouco significativo dos pesquisadores brasileiros.

Este trabalho se apresenta como um sinal de alerta, chamando atenção para a necessidade do desenvolvimento de um volume mais significativo de pesquisas envolvendo um segmento econômico tão relevante para o crescimento econômico e, principalmente, social do Brasil.

Bibliografia

ARBACHE, J.S. Pobreza e Mercados no Brasil? in CEPAL, DFID - Pobreza e Mercados no Brasil - Uma Análise de Iniciativas de políticas Públicas, Brasília, 2003.

BARROS, Ricardo Paes; HENRIQUES, Ricardo e MENDONÇA, Rosane - A estabilidade inaceitável: desigualdade e pobreza no Brasil? 2001. IPEA, Rio de Janeiro.

BATALHA, Mário Otávio; DEMORI, Flávio. A Pequena e média indústria em Santa Catarina. Florianópolis: UFSC, 1990.

BERTUCCI, L. A., GUIMARAES, J. B., BRESSAN V. G. F. Condicionantes de Adimplênciа em Processos de Concessão de Crédito a Micro e Pequenas Empresas. Anais, Enanpad. 2003

CAPELO JÚNIOR, E.J. et al.. Análise da Adequação de Previdência Complementar Fechada a Pequenas Empresas. Anais Enanpad. 2004

CARDOSO, S.C.P., et al.. Pequenas e Médias Empresas como Patrocinadoras de Planos Previdenciais em Entidades Fechadas de Previdência Complementar. Anais Enanpad 2005.

CARNEIRO, M. et al.. O Cálculo do Ponto de Equilíbrio Econômico como Ferramenta de Planejamento e Controle Financeiro em Organizações de Microcrédito: Um Estudo de Caso na Crescer-Crédito Solidário. Anais Enanpad. 2004

CARVALHO, A.G. The Effect of size and Institutions on The External Financing and Long-Term Capital Structure of the Brazilian Firms. Anais Enanpad 2007.

_____ The Effect of size and Institutional Development on the Growth of Brazilian Firms. Anais Enanpad 2007.

CORREA, M.F., MACHADO, M.A.S. Construção de um Modelo de Credit Scoring Baseado em Rede Neurais para Previsão de Inadimplência na Concessão de Micro-Crédito. Anais Enanpad. 2004

ENDE, M. V., LEOPOLDINO, C. B. Avaliação da sustentabilidade de uma Instituição de Microcrédito via Modelagem Financeira. Anais. Enanpad. 2003

GUIMARAES JÚNIOR, F.R.F.J. et al.. Identificando e Medindo o Grau de Importância dos Direcionadores de Valor: Um estudo de Caso nas Pequenas e Médias Empresas de *Software* no Estado do Ceará. Anais Enanpad. 2007.

HOLLIS, A. & SWEETMAN, A. Microcredit: What can we learn from the past? World Development, v. 26, n.10, p. 1875-1981. oct. 1998.

IBGE Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – Pesquisa Nacional por Amostra em Domicílios – PNAD 2006. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2006/sintesepna_d2006.pdf. Acesso: Março de 2008

_____, Site. Disponível em:
http://www.ibge.gov.br/7a12/voce_sabia/vocabulario/vocabulario.php?id_vocabulario=92. Acesso em Março de 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – Ipea – Brasil, O Estado de Uma Nação – Uma Análise Ampla e Objetiva dos Principais Problemas e desafíos do País. – 2005

JACINTHO, Paulo Ricardo Becker. Consultoria empresarial: procedimentos para aplicação em micro e pequenas empresas. 2004. 137 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, UFSC, Florianópolis.

MACHADO, M.A.V., TEMOCHE, C.A.R., MACHADO, M.R. Determinantes de Estrutura de Capital das Pequenas e Médias Empresas Industriais da Cidade de João Pessoa/PB. Anais Enanpad. 2004

MINISTÉRIO DA FAZENDA – Política Econômica e Reformas Estruturais. Brasília, 2003. Disponível: <http://www.fazenda.gov.br/portugues/releases/2003/r030410.doc>. Acesso: Dezembro de 2007.

NEVES, M.B.E., LEAL, R.P.C. Existe Relação entre o Crescimento do PIB Brasileiro e os Efeitos Tamanho, Valor e Momento? Anais. Enanpad. 2003

OLIVEIRA, Marcelle Colares. Análise dos Periódicos Brasileiros de Contabilidade. Revista Contabilidade & Finanças, 29: 68-86, maio/agosto 2002

PETTY, Longenecker Moore. Administração de Pequenas Empresas. Editora: Pearsaon Education do Brasil Ltda. 1997

POWELL, Colin L. – Microempresa: Base para o Desenvolvimento Econômico. Departamento de Estado dos EUA. Disponível em: <http://usinfo.state.gov/journals/ites/0204/ijep/ijep0204.htm>. Acesso: Janeiro de 2008

RAMOS, M., RODRIGUES, A. O Efeito Valor, o Efeito Tamanho e o Modelo Multifatorial: Evidencias do Caso Brasileiro. Anais, Enanpad, 2000.

SEBRAE – Fatores Condicionantes e Taxa de Mortalidade das MPE. 2005. Disponível: www.sebrae.com.br. Acesso: janeiro de 2008.

SILVA, W.M., MELO, L.Q. Governança Corporativa, Desempenho e *Turnover* de Executivo: Um Estudo Comparativo entre Indústrias Brasileiras Familiares e Não Familiares. Anais Enanpad. 2005

SOIFER, Jack. A Grande pequena empresa. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2002.

SPOSATI, Aldaíza (coord.).Mapa da Exclusão/Inclusão Social: São Paulo – Brasil - 2000. Disponível:<http://www.dpi.inpe.br/geopro/exclusao/oficinas/mapa2000.pdf>. Acesso em 26/02/2008.

TACHIZAWA, Takeshy e FARIA, Marília de Sant'Anna. CRIAÇÃO DE NOVOS NEGÓCIOS: Gestão de micro e pequenas empresas. Rio de Janeiro: FGV, 2002

URANI, André. O Brasil não é um país pobre, mas um país com grande quantidade de pobres. Idéia Social. Junho de 2005. <http://www.oficioplus.com.br/IS01%20-20Entrevista%20Andre%20Urani.pdf>

UNDP - United Nations Development Program. Human Development Reports 2007/2008. Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2007-2008/>. Acesso em fevereiro de 2008.

_____, Human Development e HDI. 2008 Disponível em: <http://hdr.undp.org/en/statistics/>. Acesso em março de 2008.

VERGARA, Sylvia Constant. Projetos e relatórios de Pesquisa em Administração. Atlas, 2000.

WORLD BANK. Relatório sobre o desenvolvimento mundial 2000/2001 – Luta contra a pobreza. 2001. Panorama Geral. Disponível em: www.worldbank.org Acesso: fevereiro 2008.

YOUNG, Íris Marion. Corpo Vivido vs Gênero: Reflexões sobre Estrutura Social e Subjetividade. Labrys, Estudos Feministas, n.3 janeiro/julho 2003. Disponível em:<http://www.unb.br/ih/his/gefem/labrys3/web/bras/young1.htm>. Acesso: fevereiro 2008.